



**15 E 16
SETEMBRO
2026**

SEMINÁRIO DE **AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL**

ROGER MACIEL DE OLIVERIA

CHAIRMAN DA RUSSELL BEDFORD BRASIL
PRESIDENTE NACIONAL DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL PARAGUAI

BRENO MAMARI PESSOA

SÓCIO DA RUSSELL BEDFORD BRASIL
CONSELHEIRO DO CRC ES
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS CONTABILISTAS DE VITÓRIA



01

**AUDITORIA CONTÍNUA
& ANALYTICS**

02

**OS IMPACTOS DA
REFORMA TRIBUTÁRIA**

O QUE EFETIVAMENTE MUDA



ANTES

IAS 1

NBC TG 26 (R5)



NOVA REFERÊNCIA

IFRS 18

NBC TG 51



ALCANCE

Conjunto completoDemonstrações contábeis
e notas explicativas

Demonstrações de propósito geral de entidades que adotam as normas completas.

**DRE**Categorias e subtotais
definidos**MPMs**Medidas da administração
com divulgação em nota**DETALHAMENTO**Critérios para agrupar
e detalhar informações

Fontes: IFRS Foundation — IFRS 18; CFC — NBC TG 51. Links nas notas.

Auditoria e perícia: revisar classificações, comparabilidade e divulgações.

Foco em apresentação e divulgação; reconhecimento e mensuração seguem normas específicas.

VIGÊNCIA E TRANSIÇÃO

02

Aplicação obrigatória: exercícios iniciados em ou após 01/01/2027.



Exemplo: ano-calendário, primeira aplicação em 2027 e um período comparativo.

CONCILIAÇÃO DA DRE DE 2026, RUBRICA A RUBRICA



Fontes: NBC TG 51, Vigência e Apêndice C (C1–C5); IFRS Foundation — IFRS 18.

A preparação começa nos dados de 2026.

Auditoria e perícia: validar o de/para, documentar ajustes e testar a comparabilidade.

CATEGORIAS DA DRE

03

Estrutura-base: entidades sem investimento ou financiamento a clientes como atividade principal.



Fontes: NBC TG 51, itens 47–74 e B42; IFRS Foundation — Project Summary, pp. 5–8.

A DRE também inclui tributos sobre o lucro e operações descontinuadas.

Auditoria e perícia: conferir classificação, subtotais e comparabilidade.

SUBTOTALS OBRIGATÓRIOS

04

Exemplo anual em R\$ mil. Valores já classificados por categoria.

CATEGORIA OPERACIONAL



Receitas

1.000

-



Despesas

760**RESULTADO OPERACIONAL****240**

OPERACIONAL + INVESTIMENTO



Operacional

240

+



Investimento

30**RESULTADO ANTES DE FINANCIAMENTO
E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO¹****270**

O resultado líquido também é obrigatório e reúne as cinco categorias da DRE.

¹ Há exceção para entidades que financiam clientes e adotam a política dos itens 65(a)(ii) e 73.

Fontes: NBC TG 51, itens 69–74; IFRS Foundation, IFRS 18 Project Summary, pp. 4–8.

A classificação das rubricas determina cada subtotal.

Auditoria e perícia: testar a composição antes de usar margens, covenants e valuation.

NATUREZA, FUNÇÃO E MISTA

05

A escolha deve oferecer o resumo estruturado mais útil das despesas operacionais.



O QUE CONSIDERAR

Fatores da lucratividade

Gestão interna

Práticas do setor

Fidelidade da alocação

POR NATUREZA



Tipo de recurso consumido.
Ex.: pessoal e depreciação.

POR FUNÇÃO



Atividade que utiliza o recurso.
Ex.: custo das vendas e administração.

MISTA



Combina rubricas por natureza e função.
Cada rubrica usa uma única base.

Na apresentação mista, os rótulos devem deixar claro quais despesas cada rubrica contém.

Fontes: NBC TG 51, itens 78–83 e B80–B83; IFRS Foundation, IFRS 18 Project Summary, p. 13.

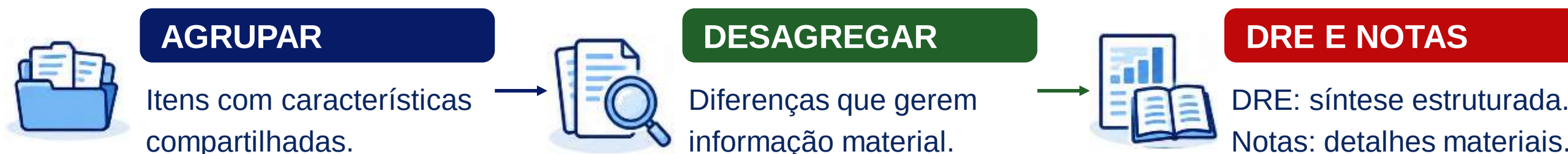
Alocação arbitrária à função exige apresentar a despesa por natureza.

Auditoria e perícia: documentar a escolha e testar alocações e consistência.

AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO

06

Agrupar ou separar deve preservar a informação material.



RUBRICAS GENÉRICAS

Exemplo: itens distintos cuja informação seja material.



“Outros” só cabe quando não houver denominação mais informativa.

Se o agregado suscitar dúvidas sobre itens materiais, explicar sua composição.

Fontes: NBC TG 51, itens 41–43 e B16–B26; IFRS Foundation, IFRS 18 Project Summary, pp. 12–13.

Auditoria e perícia: rastrear o saldo até sua composição.

Analytics: sinalizar contas genéricas, descrições vagas e variações sem explicação.

DETALHAMENTO NAS NOTAS

07

Uma ou mais rubricas por função no operacional exigem o detalhamento abaixo.



**DRE POR FUNÇÃO
OU MISTA**



UMA ÚNICA NOTA EXPLICATIVA

Cinco naturezas detalhadas por rubrica operacional.

NATUREZAS EXIGIDAS

-  Depreciação
-  Amortização
-  Benefícios a empregados
-  Perdas de recuperabilidade e reversões¹
-  Reduções de estoques e reversões

¹ NBC TG 01. Também descrever a natureza das despesas de cada rubrica por função.

O QUE DIVULGAR



- Total de cada natureza.
- Valor em cada rubrica operacional.
- Lista de rubricas fora do operacional que também contenham esses valores.

Fontes: NBC TG 51, itens 82–85 e B84; IFRS Foundation, IFRS 18 Project Summary, p. 13.

Mais detalhe exige dados rastreáveis até a DRE.

Auditoria e perícia: reconciliar totais, alocações e valores capitalizados.

MPMs: DEFINIÇÃO E ESCOPO

08

MPM: subtotal de receitas e despesas que atende aos três critérios abaixo.

USO PÚBLICO¹



Fora das demonstrações contábeis.
Ex.: release de resultados.

VISÃO DA GESTÃO



Aspecto do desempenho financeiro da entidade como um todo.

FORA DAS EXCLUSÕES



Não listado no item 118 nem exigido pelas normas.

Os três critérios atendidos qualificam o subtotal como MPM.



PODE SER MPM

Lucro operacional ajustado
Depende do atendimento aos critérios.



EXEMPLOS FORA DO ESCOPO

Fluxo de caixa livre, dívida líquida e índices.
Lucro bruto e subtotais exigidos por norma.

¹ Para este teste, falas, transcrições e redes sociais não são comunicados públicos.

A identificação começa nas comunicações públicas da entidade.

Auditoria: inventariar medidas, examinar fórmulas e documentar o enquadramento.

RECONCILIAÇÃO DAS MPMs

Conciliação em nota única com o total ou subtotal normativo mais diretamente comparável.



Exemplo anual fictício, em R\$ mil. Ajustes do resultado normativo para a MPM.

Item e rubrica da DRE	Ajuste bruto	Tributos	PNC ¹
Reestruturação / despesas administrativas	40	(10)	6
Litígios / outras despesas operacionais	20	(5)	3

¹ PNC: participações de não controladores. Premissas: tributos de 25% e PNC de 20% após tributos.

A nota explica os ajustes e o método usado para apurar seus efeitos tributários.

Fontes: NBC TG 51, itens 122–123 e B136–B142; IFRS Foundation, IFRS 18 Project Summary, p. 11.

Auditoria e perícia: conferir a origem de cada ajuste.
Analytics: recalcular a conciliação e investigar diferenças sem suporte.

MPMs: ASSERTÇÕES E EVIDÊNCIA

Na auditoria das demonstrações, a nota de MPMs integra o escopo.

	ASSERTÇÃO	TESTE E EVIDÊNCIA
	INTEGRIDADE	Cruzar releases e apresentações a investidores com as MPMs e divulgações da nota.
	OCORRÊNCIA E CORTE	Rastrear cada ajuste ao razão e aos documentos que comprovam sua origem e o período correto.
	PRECISÃO	Recalcular a conciliação, os efeitos tributários e a parcela de não controladores com suas bases.
	CLASSIFICAÇÃO E APRESENTAÇÃO	Confrontar critérios e rubricas com a nota e a política: subtotal comparável, rótulos e mudanças explicadas.

Fontes: NBC TG 51, itens 117–125. NBC TA 315 (R2), A190–A191. NBC TA 500 (R1), itens 6–9.

Evidência suficiente e apropriada, com dados de origem validados.

Analytics: cruzar bases, recalcular e investigar ajustes sem suporte.

NON-GAAP: RISCOS DE USO INDEVIDO

11

Non-GAAP é um conceito amplo. A IFRS 18 disciplina as medidas que se qualificam como MPMs.

PRÁTICA DE RISCO

POSSÍVEL DISTORÇÃO



AJUSTES SELETIVOS

Excluir perdas e manter ganhos de natureza similar pode superestimar o desempenho.



“NÃO RECORRENTE” SEM FUNDAMENTO

Retirar gastos usuais sob esse rótulo pode esconder custos necessários à operação.



CRITÉRIOS VARIÁVEIS

Mudar o cálculo sem explicar os efeitos prejudica a comparação entre períodos.



DIVULGAÇÃO DESEQUILIBRADA

Destacar o ajustado e omitir o resultado contábil ou a conciliação pode induzir o usuário ao erro.

Fontes: NBC TG 51, 123–125 e B134–B135. CVM 156, arts. 2º e 4º–7º. SEC, questões 100 e 102.10.

Uma conciliação correta pode acompanhar uma medida enganosa.

Auditoria e analytics: investigar ajustes e mudanças de critérios.

DA AMOSTRA À POPULAÇÃO INTEGRAL

12

Analytics amplia a cobertura e permite repetir testes a cada fechamento.



AMOSTRAGEM

Procedimentos em parte dos itens, com inferência sobre a população.

ANALYTICS



POPULAÇÃO INTEGRAL

Teste sobre todos os registros da população definida e validada.

ROTINA SOBRE A POPULAÇÃO



VALIDAR DADOS

Conciliar a extração ao razão e ao período.

Nova DRE: sinalizar lançamentos sem categoria ou com mapeamento incompatível.



APLICAR REGRAS

Testar 100% dos registros definidos.



INVESTIGAR

Examinar exceções e obter suporte.



CONCLUIR

Documentar evidências e avaliar os resultados.

Fontes: NBC TA 500 (R1), 9–10 e A63–A67. NBC TA 530, 4–8. IAASB, FAQ sobre ATT (2023).

A cobertura integral se limita à população e aos atributos testados.

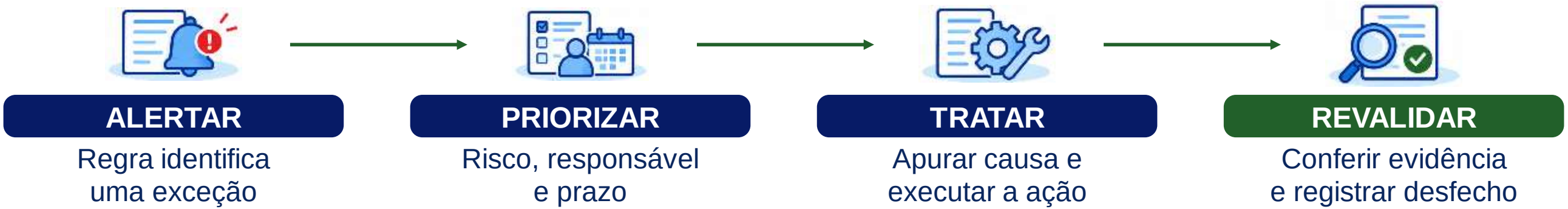
Amostragem e outros procedimentos continuam úteis conforme o risco.

INDICADORES, ALERTAS E EXCEÇÕES

Frequência e limites de alerta seguem o risco e a disponibilidade dos dados.

INDICADOR ILUSTRATIVO	GATILHO DO ALERTA
DRE: % de lançamentos sem mapeamento	Taxa acima do limite definido
MPMs: diferença na conciliação	Diferença além do arredondamento previsto
Exceções: valor e tempo em aberto	Prazo vencido, reincidência ou valor relevante

FLUXO DE TRATAMENTO



Pendências vencidas e reincidências exigem nova avaliação e encaminhamento.

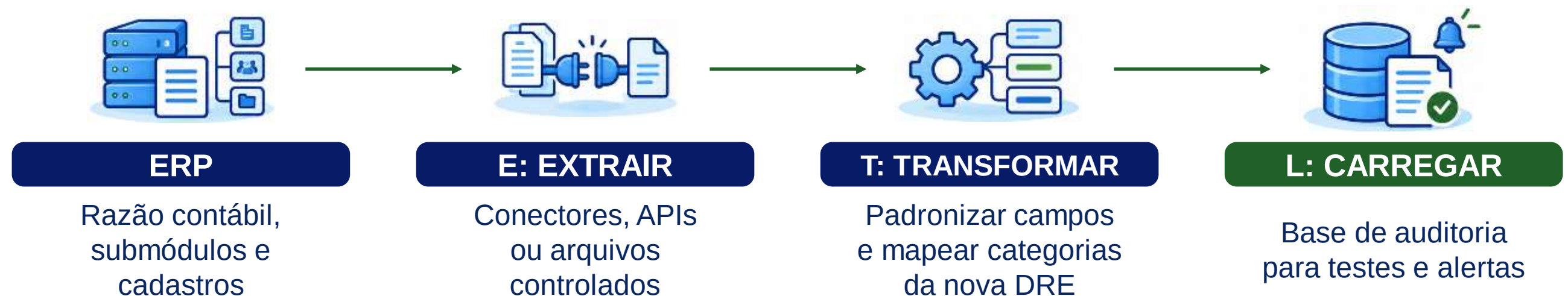
Fontes: NBC TG 51, 123(c). IAASB, FAQ sobre ATT (2023). IIA, Global Internal Audit Standards, 15.2 (2024).

Cada alerta precisa de responsável, prazo e evidência de encerramento.
A gestão trata. A auditoria avalia a resposta e a evidência.

ETL E INTEGRAÇÃO COM O ERP

14

ETL: extrair, transformar e carregar dados do ERP para a auditoria.



EXEMPLOS DE FERRAMENTAS



Power Query (Excel/Power BI)
Conexão e preparação de dados.



Azure Data Factory
Integração e agendamento de cargas.

Na transformação: manter as regras de mapeamento da nova DRE versionadas.

Fontes: Microsoft Learn, Power Query e Azure Data Factory. NBC TA 500 (R1), item 9.

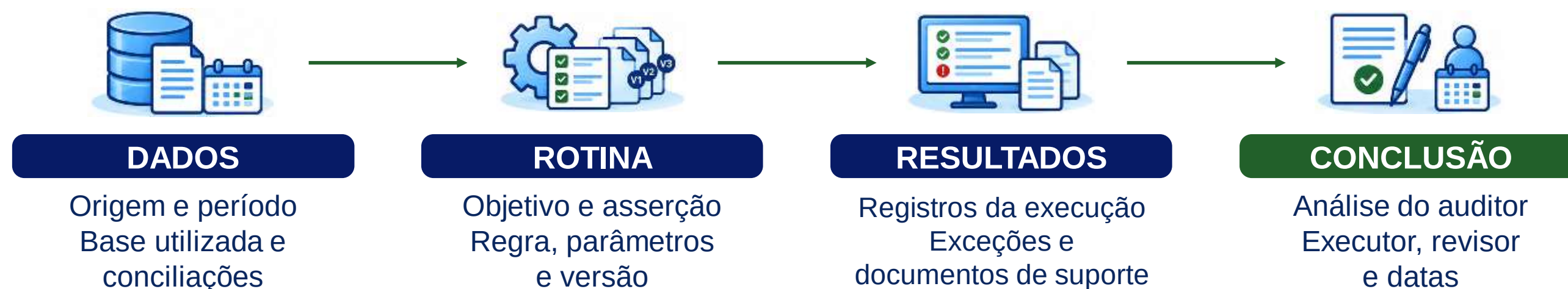
Cada valor analisado deve ser rastreável ao registro de origem no ERP.

Controles: acesso de leitura, conciliação da carga e histórico das transformações.

DOCUMENTAÇÃO E EVIDÊNCIA DIGITAL

15

NBC TA 500: evidência apropriada e suficiente nos testes automatizados.



CONFIABILIDADE DA INFORMAÇÃO



Validar exatidão, integridade e detalhe adequado ao objetivo do teste.
Investigar inconsistências e ampliar os procedimentos quando necessário.



Arquivo: preservar bases e versões usadas, com acesso e alterações controlados.

Fontes: NBC TA 500 (R1), itens 6, 7, 9 e 11 e A16 a A17. NBC TA 230 (R1), itens 8 e 9.

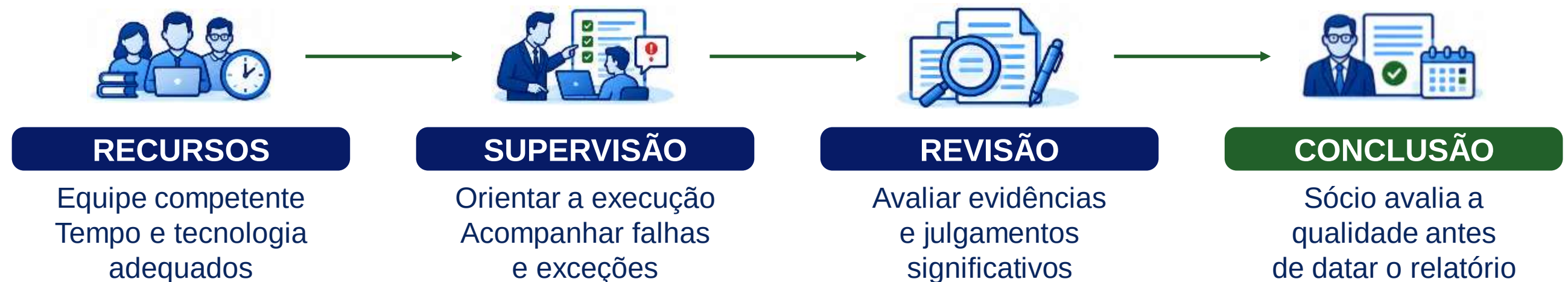
A evidência automatizada exige avaliação e julgamento do auditor.

NBC TA 230: outro auditor experiente deve conseguir entender o trabalho documentado.

GESTÃO DA QUALIDADE E ANALYTICS

16

NBC TA 220 (R3): gestão da qualidade no nível do trabalho de auditoria.



INTERAÇÃO COM O SISTEMA DA FIRMA



NBC PA 01: sistema da firma, com monitoramento e correção de deficiências.



NBC PA 02: revisão de qualidade do trabalho, quando exigida.

Na automação: testar regras e segurança, avaliar limitações e documentar a revisão.

Fontes: NBC TA 220 (R3), itens 13, 25 a 32 e 36 a 41, A34 e A63 a A67. NBC PA 01 e NBC PA 02.

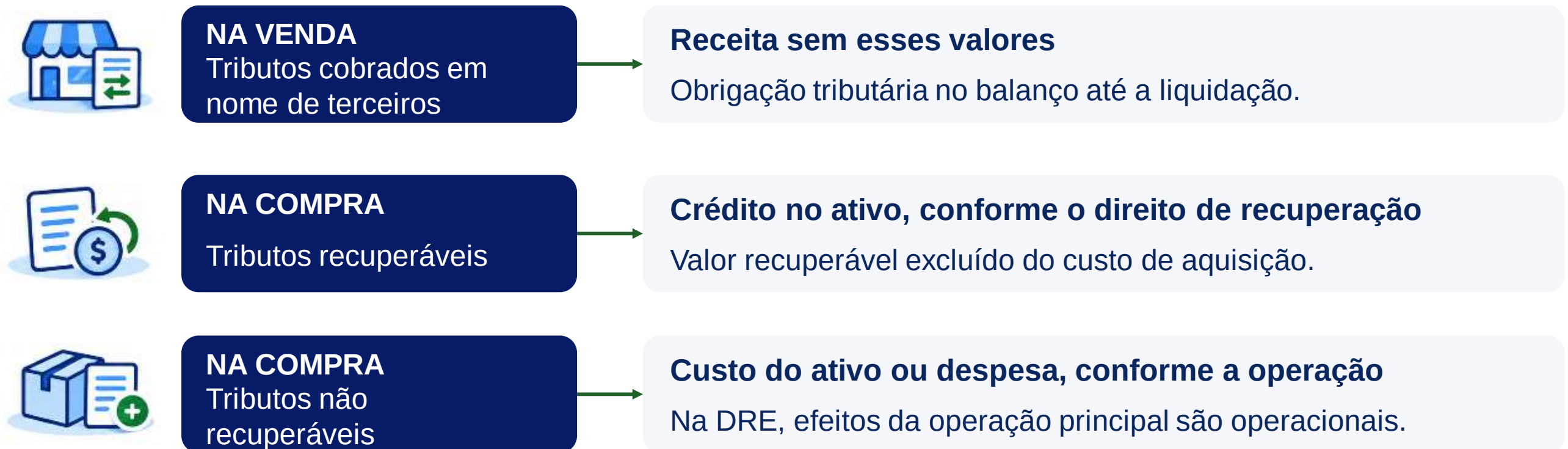
O sócio mantém a responsabilidade pela qualidade, mesmo com automação.

Referência vigente: NBC TA 220 (R3), que deu nova redação à versão R2.

TRIBUTOS SOBRE CONSUMO NA NOVA DRE

17

IBS e CBS: avaliar a cobrança na venda e a recuperabilidade na compra.



Auditoria: conciliar documentos fiscais, créditos e classificação na DRE.

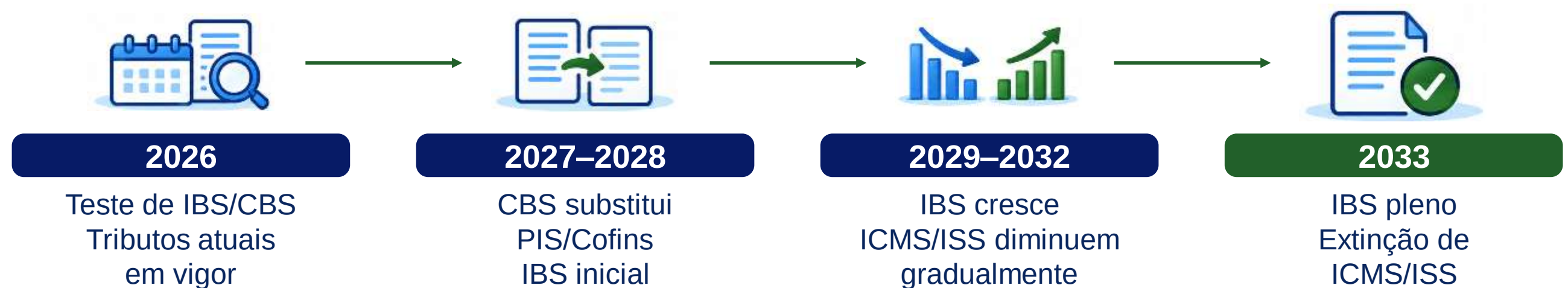
Fontes: NBC TG 51, itens 4, 52 e 67. NBC TG 47, item 47. CPC 16 (R1), item 11. CPC 27, item 16.

IBS e CBS ficam fora da categoria de tributos sobre o lucro.
O reconhecimento e a mensuração seguem as normas de cada operação.

TRANSIÇÃO IBS/CBS E COMPARABILIDADE

18

Cada período pode combinar tributos, créditos e custos diferentes.



LEITURA DAS VARIAÇÕES ENTRE PERÍODOS



Apresentação: reapresentar comparativos na nova estrutura da DRE.



Tributação: medir o efeito dos créditos e da carga efetiva sobre a margem.



Operação: explicar preço, volume e mix, com conciliação e evidências.

Fontes: Receita Federal, cronograma da Reforma Tributária do Consumo. NBC TG 51, itens 30 a 35 e C1 a C3.

Reapresentar o comparativo mantém a tributação histórica de cada período.

Análises com tributação uniforme: cenários separados, com premissas explícitas.

INCERTEZAS E CONTINGÊNCIAS FISCAIS

19

Na transição IBS/CBS: créditos contestados, enquadramento e autuações.



Obrigação presente
por evento passado
Saída provável e estimativa confiável



Provisão e divulgação em nota

Saldo e movimentação. Natureza da obrigação, premissas e prazo esperado.



Passivo contingente
Desembolso não remoto



Divulgação em nota, sem provisão

Natureza e, quando praticável, efeito financeiro, incertezas de valor/prazo e eventual reembolso.



Desembolso remoto



Sem divulgação pela NBC TG 25

Manter suporte da avaliação e reavaliar a exposição a cada fechamento.



Estimativas: explicar premissas e valores de ativos/passivos com risco significativo de ajuste material no próximo exercício.

Fontes: CPC 25, itens 14, 27 a 30 e 84 a 92. NBC TG 23, itens 27G e 31A a 31I (Revisão NBC 31). NBC TG 51, item 41.

Auditoria: conciliar notas, registros fiscais e avaliação jurídica.

Créditos tributários exigem análise própria do direito e da recuperabilidade.

MUITO OBRIGADO!



ROGER MACIEL DE OLIVERIA

CHAIRMAN DA RUSSELL BEDFORD BRASIL
PRESIDENTE NACIONAL DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL PARAGUAI

